



Lei nº 175/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Silva, assunto: Denomina  
 Rua Santo Margarida a atual Rua 3 com início na Rua Panamá no Bairro Ma-  
 noel Pereira; Projeto de Lei nº 176/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Silva,  
 assunto: Denomina Rua Santo Lúcio a atual Rua 4 com início na Rua Pa-  
 namá no Bairro Manoel Pereira; Projeto de Lei nº 177/91, de autoria do Vereador  
 Carlos Roberto Silva, assunto: Denomina Rua Santo Jovite a atual Rua 5 com iní-  
 cio na Rua Panamá no Bairro Manoel Pereira; Projeto de Lei nº 178/91, de au-  
 toria do Vereador Carlos Roberto Silva, assunto: Denomina Rua Santo Leão a  
 atual Rua 6 sem saída, com início na Rua F-A no Bairro Manoel Pereira;  
 Projeto de Lei nº 179/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Silva, assunto:  
 Denomina Rua Nossa Senhora Ment Sarah a atual Rua 7 com início na Ru-  
 Panamá no Bairro Manoel Pereira; Projeto de Lei nº 180/91, de autoria do Vereador  
 Carlos Roberto Silva, assunto: Denomina Rua Nossa Senhora Auxiliadora a atual  
 Rua 8 com início na Rua F-A no Bairro Manoel Pereira; Projeto de Lei nº 189/91,  
 de autoria do Vereador Benildo Heda, assunto: Denomina Rua Arco-Íris a Rua  
 com início no divio do antigo Estrada Amaral Peixoto e término nas margem  
 do Rio São João no Bairro Santo Antônio - Semoyas; Projeto de Lei nº 190/91,  
 de autoria do Vereador Benildo Heda, assunto: Denomina Avenida Guacelino Ribitani  
 de Vilhote a Rua com início no Estrada Amaral Peixoto e término na Orla de  
 Praia de Unamar no Bairro Santo Antônio - Semoyas; Projeto de Lei nº 191/91  
 de autoria do Vereador Benildo Heda, assunto: Denomina Rua União a Rua com  
 início na Rua Arco-Íris e término na Rua Felzo Carvalho no Bairro Santo  
 Antônio - Semoyas; Projeto de Lei nº 199/91, Mensagem Executiva nº 040/91,  
 assuntos: Fica permitir ativas de licitação, a Alienação de Terreno do Patrí-  
 mônio Municipal, sito à Rua Gal. Bruno Martins nº 241 - Bogo - Cabo Frio;  
 Requerimento nº 238/91, de autoria do Vereador Omar Sampaio da Silva, outros  
 assuntos: Requerem instalação de Comissão de Inquérito para apurar possíveis ir-  
 regularidades quanto a cobrança de taxa a Onibus de Juizema que visitam o  
 Município de Cabo Frio; Requerimento nº 239/91, de autoria do Vereador Walmir  
 Rodrigues de Souza, assunto: Solicita ao Presidente do Banco, a instalação de  
 uma Agência na Praia de São Eustáquio; Projeto de Lei nº 192/91, de autoria do  
 Vereador Benildo Heda, assunto: Denomina Travessa do SPK a Travessa Juizema com  
 início na Rua Arco-Íris e término na Avenida Castelo Branco no Bairro  
 Santo Antônio; Projeto de Lei nº 193/91, de autoria do Vereador Benildo Heda,

Assunto: Denomina Rua Peroba a Rua com início na Avenida Gascelino Kubitzsch de Vilhena e término nas margens do Rio São João, Bairro Santo Antônio; Projeto de Lei nº 194/91, de autoria do Vereador Benildo Mota, assunto: Denomina Rua Aveiro a Rua com início na Rua Arco-Frio e término na Rua Pedrosa, Bairro Santo Antônio; Projeto de Lei nº 195/91, de autoria do Vereador Benildo Mota, assunto: Denomina Travessa Jurubeba a Rua com início na Rua Aveiro e término na Rua Peroba, Bairro Santo Antônio; Projeto de Lei nº 196/91, de autoria do Vereador Wilmar Monteiro, assunto: Denomina Praça Carlos Ignácio Coelho a Rua Urbana situada às margens do Canal Itajuru, na Rua Coronel Ferreira - Portinho; Requerimento nº 240/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal, informações sobre a praça de casas com nomes de Ruas no Bairro do Peró; Projeto de Lei nº 202/91, de autoria do Vereador Vilando da Silva Pereira, assunto: Passa a denominar-se José das Santos Branco a área urbanizada na Avenida Eugênio Ribeiro das Santos ao lado do Escola Municipal Antônio da Cunha Aquino - Bairro Passagem; Projeto de Lei nº 203/91, de autoria do Vereador Vilando da Silva Pereira, assunto: Passa a denominar-se Avenida Américo Tápua a Rua com início na confluência do Rio Triz de Novembro; Requerimento nº 242/91, de autoria do Vereador Vilando da Silva Pereira, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal que envie a esta Casa os processos referentes às concorrências para obras pagas a contribuição de melhoria; e os contratos de obras decorrentes dessas concorrências; Indicação nº 132/91, de autoria do Vereador Waldir Rodrigues de Almeida, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal que o mesmo providencie com a maior brevidade possível o esvaziamento do Rua Popolino localizada no Jardim Guizano; Indicação nº 133/91, de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira, assunto: Solicita que seja encaminhada ao Executivo Municipal e ao I.B.P.C. cópias autênticas a esta Indicação do Projeto para construção de uma capela, ampliação do Cemitério e urbanização do Povo da Squalock. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para os Vereadores e sentou no lugar próprio. Como primeiro orador, levantou a Tribuna, o Vereador Fernando das Santos Mendes, abordando notícias veiculadas em órgãos da imprensa na semana anterior e audiência publicada com o nome, destacando a situação da família Nova Jerusalém em Duque de Rivas e que havia emocionado a todos mas que era

afinas um acontecimento entre os milhares de que ocorrem em todo o Brasil atingindo ao menor desvalido. Lamentou a seguir, que embora milhares de cruzeiros gastos em campanhas e outras iniciativas a violência contra o menor continuava, e que assim sendo, medidas objetivas haviam de ser tomadas, registrando que também em Povo Gêro violências eram cometidas, pois crianças morriam de fome ou de frio, e mais, que a responsabilidade era da classe política da autoridade constituída, firmando uma política séria para a questão do menor e que fosse efetivamente praticada. Entocou a seguir, matéria divulgada pelo jornal o Globo, quanto o empenhimento a ser realizado na Praia do Povo, Gêro que era tombado pelo Município e também pelo Patrimônio Histórico Nacional, e que, se concretizada seria mais uma agressão ao meio ambiente da região, e fez as notícias, na próxima Reunião estaria apresentando o Requerimento dirigido ao Executivo Municipal, solicitando uma série de informações a respeito do empenhimento. Quanto a questão da emancipação de Búzios, disse que sinais de justiça começaram a pairar sobre o Município, quando a Vice Procuradoria Geral do Tribunal Superior Eleitoral de Rio declarou ser Inconstitucional a anexação de Búzios ao Distrito de Búzios, quanto o resultado do Plebiscito, o que era de fato alvissareiro pois justiça era praticada. Falando sobre a sessão de Aíra no Município para a construção de Hotel Exob, através do SENAC, motivo de homenagem do Executivo, disse que o Projeto motivo de tantas promessas em campanhas políticas, disse estar chegando a hora de ser viabilizada a iniciativa, registrando a presença dos empresários locais, através da Associação Comercial solidários com o empenhimento, e assim sendo, demonstrava todo o seu apoio desde que devidamente analisada a homenagem do Executivo, encerrando a seguir sua fala. Como segundo orador inscrito, ocupou a tribuna o Secretário Walmir Rodrigues de Souza, abordando inicialmente a questão de Saúde em Povo Gêro, lembrando que fora criticado por alguns segmentos da sociedade, por se elogiar o sistema de Saúde implantado em Itaperuna, enfatizando que cobraria os elogios na esperança de que os bons exemplos fossem seguidos no Município, o que lamentavelmente não ocorreria. A seguir, exibiu recado no valor de vinte e cinco mil cruzeiros por uma ultra sonografia no alto, pagos do seu bolso, para uma Senhora acometida de vírus de origem animal, e visto a gravidade do caso, o médico pediu o exame com urgência o que não fora

possível através da Previdência Social ou SUS pelo Sindicato Municipal de Saúde, o que era lamentável, observando que a Senhora que não recebia nem um salário mínimo estava fazendo outras despesas de ordem médica particularmente, porque o Sistema de Saúde em Cabo Frio não atendia. Disse que alguma coisa tinha que ser feita em Cabo Frio, para que o sistema de Saúde realmente atendesse as suas finalidades, pois outros casos estavam ocorrendo, esperando em algum dia elogiar a Saúde em Cabo Frio, que obrigava ao povo tantos sacrifícios, o que era intolerável. Pros seguindo, disse que convidado pelo Deputado Estadual Luiz Fernando Padilha Leite, participara na semana anterior no Rio de Janeiro de Reunião sobre o reatamento de Cassinos, lembrando que o sua luta quase que solitária no Município, não vinha tendo o apoio nem do Executivo, e nem do Legislativo, e mais, que também segmentos interessados na questão não se manifestavam. Falou da reatamento de Cassinos como agente fomentador do turismo, observando que grandes empreendimentos em Cabo Frio eram praticamente inviabilizados por falta de mão de obra especializada, que assim sendo, via com muita alegria a presença do Prefeito propondo a criação de Hotel Escala em Cabo Frio, falando a seguir, da importância do empreendimento. Falou de indução de sua autoria, sugerindo que o Hotel Escala pudesse formar também profissionais na área de Cassinos, o que seria um grande passo para o Município de Cabo Frio no retomado de seu desenvolvimento com resultados positivos na área social, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a tribuna o Vereador Dirley Peres da Silva, comunicando inicialmente que em virtude de suas próprias notícias e atitudes que assumia no País, começava a ser vítima de perseguições, de ameaças, mas estava certo de que o seu caminho era o certo, embora sua presença no País incomodasse a muita gente, e assim, com o conforto de que a verdade estava do seu lado, continuaria a exercer com dignidade e coragem o seu mandato. Falou a seguir, de homenagem do Prefeito enviada à Câmara no dia 25 de outubro, quando ponderou para que o Município tivesse a custo pago um hotel cinco estrelas do SENAC, investimento no valor de cinco milhões de dólares e que, sem dúvida seria altamente positiva para o Município face o seu papel histórico, e quando um bom número de empregos altamente especializados, esperando que mais uma vez a Câmara desse demonstração de elevado espírito público apoiando o anexo Projeto de Lei necessário a criação do empreendimento e aprovando-a, antes do respectivo Parlamento. Disse que o tempo era vital, visto que o Município do Rio de Janeiro também ansiava por um Hotel Escala do Senac, e assim, era grande a responsa

bilidade do Pamaro Municipal ante o histórico, e como um todo ao povo de Cabo Frio. A seguir, procedeu a leitura de alguns parágrafos do Parecer do Vice-Procurador do Tribunal Superior Eleitoral, Dr. Geraldo Brindure, considerando inconstitucional a anexação de Jangadeiros ao Distrito de Búzios, e que assim sendo, tinha certeza de que a justiça seria praticada em benefício dos legítimos interesses do Município de Cabo Frio, ante a polêmica gerada. Prossigindo, disse que aqueles que haviam se oposto para declararem a emancipação de Búzios, tentando de todas as formas prejudicar ao Município de Cabo Frio, estavam agora sem saber o que dizer, porque haviam mentido, trapedado sobre o bem de cidadãos, afirmando até que não havia mandado de seguimento para a segunda decisão do TRE, homologando implicitamente o plebiscito de Búzios e Jangadeiros, mas felizmente a verdade começou a aparecer e a justiça estava sendo praticada. Disse que a batalha visando a manutenção da integridade do território de Cabo Frio, ainda não estava ganha, todos sabiam que os poderes ainda iam investir muito visto seus interesses imobiliários em Búzios, mas um importante passo havia sido dado através do Parecer do Ilustre Vice-Presidente do Superior Tribunal Eleitoral em Brasília, ficando que a segunda decisão do TRE encadeava as mais caras tradições da Instituição visto a injustiça proclamada contra o Município de Cabo Frio, e mais que tal injustiça por certo não teria o acolhimento do Superior Tribunal Eleitoral em Brasília, encerrando o requerer sua fala. Como último orador inscrito, ocupou o tribuna o requeredor Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, falando inicialmente sobre o discurso de Vinícius que o antecedia, ficando feliz por saber que a justiça começou a ser praticada com relação ao plebiscito de Búzios, esperando que também fosse praticada justiça com relação aos onze milhões de cruzados desviados das caixas da Municipalidade e que os culpados fossem punidos. Continuando, parabenizou a população humilde e esquelada de Jangadeiros pelo fato da justiça não ter acatado a anexação ao Distrito de Búzios, enfatizando que as pessoas anônimas do 3º Distrito eram as grandes vitórias, pois de maneira consciente diziam não à emancipação e conseqüente anexação a Búzios, embora o abandono a que estavam relegadas pelo Prefeito Sivo Goldanba. Disse que os problemas advindos da emancipação de Búzios não eram um se houvesse um mínimo de participação Administrativa do Prefeito com relação ao 3º Distrito e as soluções dos problemas locais, e assim, podia afirmar que o desejo de emancipação de Búzios era o reflexo do descaço do Prefeito Sivo Goldanba. Quanto a questões do Turismo e a construção de um Hotel anexa do SENAC em Cabo Frio, disse que há cerca de um ano vinha mantendo reuniões com

O atual Presidente da Associação Comunal a respeito do assunto, fazendo ver ao dirigente que achava o hotel muito importante, mas, que não caberia a Câmara a iniciativa e sim através de Mensagem do Executivo, o que efetivamente ocorreu. Prossequindo, disse que eurosamente, faltando vinte dias para o recesso, a Mensagem chegou à Câmara, dispondo sobre desapropriação de área localizada na orla do Praia do Forte, para instalação do Hotel Escola, e embora os bônus quados pelo empreendimento, como Vereador queria ter o direito de estudar a matéria entiosamente, podendo afirmar com sua experiência que quase sempre quando matérias importantes eram enviadas à Câmara com tempo e rigor, elas iam encontradas, ou até mesmo algum "rabo de coelho" escandido, e mais, que gostaria de ver anexado ao Projeto a cópia do contrato com o SENAC. Prossequindo, dirigiu apelo à liderança do Prefeito na Casa, no sentido de que fosse resolvido definitivamente os problemas da Rua Jorge Lössig em função das constantes enchentes no local e o esgoto que há anos corria pelo rio aberto, uma verdadeira vergonha para a cidade, e prejudicial à Saúde Pública, encerrando o requerimento. Não havendo mais Vereadores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao regimento de direito e **ORDEM DO DIA**, porém antes do encaminhamento das matérias dedicadas a este regimento, após o discurso do Vereador Antão Roberto Lequeiro dos Santos, o Senhor Presidente Agui Silva do Rocha disse: "Senhores Vereadores, cumpre a Presidência alguns esclarecimentos. Há tempos atrás fomos prejudicados por integrantes da Associação Comunal de Lagoa Santa, que apresentaram um esboço de Mensagem e Projeto de Lei para criação de uma área localizada no Bairro Algodões, com dezesseis mil metros quadrados. Ao lermos o esboço do Projeto, pedimos para os Diretores da Associação Comunal, que ao nosso vir à Câmara não podiam apurar o Projeto de Lei, visto, dentro do nosso entendimento, não estarem os interesses do Município resguardados. No sexto (6) recebemos mensagem do Senhor Prefeito Municipal, com vários equívocos formais, e tal Mensagem, encaminhando à Câmara autorização para cessão de uso de solo de área com cerca de oito mil metros quadrados no Bairro Algodões. Qualificamos a posição dos diversos propósitos de Lagoa Santa no intuito de fazer para o Município empreendimento do parte de Hotel Escola do SENAC. Mas não agrada-nos a vigência e a presença para análise dos documentos, por enquanto a área é avaliada em quatro milhões de dólares. O Município precisa pensar, a Câmara necessita analisar detalhadamente

todos os desdobramentos da Mensagem Executiva e anexa Projeto de Lei, um  
 do que os interesses do Município sejam requeridos. A Presidência irá nomear  
 uma Comissão dos Senhores Vereadores, para que entrem em contato com o SENAC  
 e assim o assunto ser devidamente analisado e discutido. A seguir, o Senhor Pre-  
 sidente prosseguiu os trabalhos no segmento dedicado a Videm do Dia. Nesta etapa foram  
 aplicados os seguintes matérias encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça  
 os seguintes projetos: Projeto de Lei nº 140/91, 141/91, 143/91, 144/91, 145/91, 146/91,  
 147/91, 148/91, 149/91, 180/91, 189/91, 190/91, 191/91, 199/91 - Mensagem Execu-  
 tiva nº 019/91, 192/91, 193/91, 194/91, 195/91, 196/91, 203/91 e 203/91. Aprovados os im-  
 punes pareceres da Comissão de Obras e Serviços Públicos e encaminhados a Comis-  
 são de Redação Final os seguintes projetos de leis: Projeto de Lei nº 070/91 e 074/91.  
 Aprovados os pareceres sumários da Comissão de Constituição e Justiça e encaminha-  
 dos para a Comissão de Obras e Serviços Públicos os seguintes projetos de leis:  
 Projeto de Lei nº 071/91, 078/91, 079/91, 080/91, 081/91, 082/91, 083/91, 085/91,  
 086/91, 087/91, 089/91, 090/91, 091/91, 092/91, 093/91, 094/91, 095/91, 096/91,  
 097/91, 098/91, 099/91, 100/91, 101/91, 102/91, 104/91, 105/91, 106/91, 107/91, 108/91,  
 109/91, 110/91, 111/91, 112/91, 113/91, 114/91, 115/91, 116/91, 117/91, 118/91, 119/91, 120/91,  
 121/91, 122/91, 123/91, 124/91, 125/91, 126/91, 127/91, 128/91, 129/91, 130/91, 131/91,  
 132/91 e 134/91. Aprovados os Requerimentos nº 239/91, 240/91 e 242/91. Aprovei-  
 das as Indicações nº 132/91 e 133/91. Terminada a Videm do Dia, o Senhor Pre-  
 sidente transferiu os trabalhos ao segmento dedicado a Explicação Geral. Ocupava  
 o Sínbolo em Explicação Geral, o Senhor José Nazar Elias, abordando a Mensagem  
 41/91, oriunda do Poder Executivo, dispanda sobre desafetação de área para constru-  
 ção de Hotel Escola em convênio com o SENAC, alertando que algumas dúvi-  
 das estiveram pairando sobre a matéria, esperando que tais dúvidas fossem su-  
 peradas tendo em vista os altos interesses do Município. Deixou ter certeza que  
 os empresários presentes a aquela Reunião estavam embuídos das melhores  
 propositas, procurando o melhor para Cabo São pois o empreendimento  
 traria empregos e mão de obra especializada, o que era vital para o turismo  
 e conseqüente desenvolvimento do Município. Deixou esperar que todos os pro-  
 blemas fossem sanados para que no futuro não pairassem dúvidas, lembrando  
 dos outros projetos aprovados pela Câmara em outros períodos e motivaram  
 elevações várias, observando ser inteligente e sensata medida da Presiden-  
 cia nomeando Comissão para junto ao SENAC discutirem os diversos



aspectos da matéria. Disse ter certeza que a Câmara se desdobraria para atender ao Município, lembrando que desocupação já fora motivo de querrelas na Câmara anterior, com uma rua sendo desocupada, com mais de dois mil metros quadrados, sendo entregue a particular, registrando também as grandes discussões a respeito do Projeto Reynas, e que assim sendo, o assunto seria estudado com cautela mas que no final prevaleceria o bom senso e a responsabilidade da Câmara ante os interesses do Município, encerrando assim sua fala. O requer, ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal, o vereador Vilando Siqueira da Silva abordando inicialmente comentários atribuídos ao Prefeito São Saldanha, que em uma reunião no Município do Guaiabá do Povo, afirmara que gastava oito milhões de cruzeiros para manter sua Banca do na Câmara, afirmações que eram confirmadas até por Vereadores do próprio Município. Disse não duvidar que tais comentários fossem verdadeiros pois o Prefeito quando entrevistado na Rádio, afirmara que os políticos de Povo São estavam proibidos. O requer disse que quando o Prefeito lança tais fatos, a Prefeitura se transforma em grande "cabide de empregos" com os fantasmas ultrapassando até mesmo a Administração anterior, e segundo afirmavam funcionários da Prefeitura, bastava um pedido do Vereador para que se arranjassem um emprego com salário de até cento e cinquenta mil cruzeiros para não trabalhar. Disse que um sem número de funcionários estão com a disposição de Gabinetes de Vereadores, recebendo polpudas salários, e que assim sendo, o que estava errado era a Administração do Município. Disse que na Prefeitura uma nota de trezentos cruzeiros fora transformado em três milhões e trezentos cruzeiros, e que tal nota chegava às suas mãos, da mesma forma como houve acesso a notas da Câmara quando um grupo de Vereadores abasteciam seus veículos as custas do dinheiro público, e podia afirmar que mais uma vez denunciaria tais abusos, encerrando o seu discurso. O requer, ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal, o vereador Wilmair Monteiro dizendo inicialmente que todos sabiam da idoneidade do SEIAC, que todos conheciam a maioria dos Empregados esboçados, homens íntegros e interessados no progresso do Município, da mesma forma como todos entendiam ser de relevante interesse para Povo São a construção de um Hotel Ozcelo de nível internacional. Disse que a Câmara apenas queria analisar com cuidado a Engenharia do Executivo e antes de se dar dispense sobre desocupação de ruas no Bairro Alga-

deal para a viabilização do empreendimento através do Sinae, para que no futuro os Vereadores não fossem jogados a mercê da aprovação pública, até mesmo através de uma lei com caráter que iam para as esquinas para falar mal da Câmara. Disse que a Câmara porventura recusasse a pedido do Sr. SENAC talvez estivesse indo contra os interesses de Cabo Frio, e até permitindo que o Sr. SENAC fosse indenizado, mas nem por isso, apenas para atender a pedidos de amigos a Câmara poderia aprovar a desapropriação "em cima da pista", sem um profundo estudo da natureza. Disse que o Presidente estava tendo a cautela necessária, com a emissão de uma Comissão com vistas a dialogar com dirigentes do SENAC e posteriormente colocar em Paulo a matéria, esperando que o bom senso pudesse prevalecer e encontrado um denominador comum. Adiante, disse que havia passado sem maior repercussão, sair do Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, considerando inconstitucional a homologação do tributo quanto a emancipação de Búzios e anexação de Samambas, e assim sendo, rejeita que o Tribunal Regional Eleitoral do Estado não minime a confiança e o vigor o respeito da população de Cabo Frio. Portanto, disse não ter dúvidas de que em Brasília os direitos do Município de Cabo Frio, tende enviação que o Tribunal dava ganho de causa a Cabo Frio. Disse que a emancipação era um direito do cidadão de Búzios, mas era um dever do político cabofriense evitar que a cidade fosse relacionada. Disse que com a saída de Cabo Frio, não era hora de se experimentar a comunidade de Búzios, a quem dedicava um carinho especial, não sendo pelo posição radical de meia dúzia da elite do Rio de Janeiro que jamais que Cabo Frio pudesse se afastar do Distrito de Búzios, encerrando sua falia. A seguir oupou a Tribuna o Vereador Umar Sampaio da Silva, falando que de algum tempo sabia do movimento da Associação Comercial para trazer para Cabo Frio, um Hotel Ordo, não tendo dúvidas de que tal empreendimento seria de grande alcance tanto econômico, quanto no aspecto social, e assim, tendo todo o apoio da Câmara Municipal. Disse que apenas a Câmara desejava saber em que condições o Hotel Ordo seria viabilizado, não podendo acreditar que a única condição exigida pelo SENAC, era dirigir um espigão em área de domínio comum. Adiante, disse que o Prefeitura não dispunha de área titulada no Plano do forte e todos sabiam que o empreendedor de loteamento, há trinta anos atrás, tivera a grandezga de fazer um grande recuo, criando uma Avenida Parque, e assim, toda a área oriunda, era de domínio público.

ta, disse que a Associação Promocional, entusiasmado com a ideia do Hotel, e  
ela, não evitava em analisar as terras legais, em estudar as conveniên-  
cias do interesse público e seus desdobramentos, afirmando que por certo  
a Câmara, tinha competência e capacidade para trazer o empreendimento  
para Cabo Frio, sem faltar os direitos daqueles que haviam comprado um lote  
em Algodal e que tinham como equipamento uma Avenida Parque. Disse que  
o seu raciocínio não destacava a possibilidade do Hotel ser construído  
no loteamento Algodal, mas em função da Lei Orgânica do Município, em  
função de concursos que havia tido no Salão de 2º Voto, considerava  
muito difícil a titulação para o área e assim sendo, era necessária uma  
análise minuciosa da questão, e assim encerrou sua fala. Não havendo  
mais Vereadores para o uso da palavra em explicação pessoal, o Senhor Pre-  
sidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar mandei  
que se lances a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação  
Pública, Apreciada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

der Joel

~~João de Deus~~

Ata da Quinquagésima Reunião Ordinária do Segundo Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991) realizada no Sedi da Câmara Municipal em Cabo Frio no dia 28 de novembro de 1991.

As dezessete horas do dia 28 de novembro do ano de (1991) mil novecentos e noventa e um, sob a Presidência do Vereador Cap-  
Silva da Rocha e em a ocupação do Primeiro Secretário pelo Vereador João da Silva  
dos Reis, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além  
dessa repertório a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aires Bezerra de A-  
quino, Arnaldo Neto, Dirley Sousa, Felix da Costa Gomez, Gaspar Pacheco Filho,  
Marcos Valério Pereira de Sant'anna, Orlando da Silva Lima, Vitor Sampaio da  
Silva, Walmir Rodrigues de Azevedo e Wilmor Monteiro. Havendo número requen-  
tal, o Senhor Presidente declarou aberta a Presente Sessão em nome de Deus. E requir-  
tu foi lida e Apreciada a seguinte Ata: **Ata da Quinquagésima Reunião Ordinária**  
do Segundo Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Pre-